

**ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO DE MINAS - MG.**

**Com referência ao Processo de
concorrência nº 016/2017**

**Promovido sob o PROCESSO Nº.
604/2017**

**APPMOOVE INTELIGÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES LTDA,**
pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob
o CNPJ Nº 24.838.234/0001-70, sediada á
Rua São Josafat, 1349 – Centro – Campo
Mourão – PR CEP: 87.302-170, neste ato
representada por sua representante legal,
Priscila R. S. Prebianco Baluz, advogada,
devidamente qualificado no presente
processo vem na forma da legislação vigente
em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei
Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias,
para, tempestivamente, solicitar
ESCLARECIMENTOS, do certame licitatório
em epígrafe, perante essa distinta
administração.

1. Considerações Iniciais:

Ilustríssima Sr. Pregoeiro e Comissão Permanente de Licitação da
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS - MG.

O respeitável questionamento interposto, recai neste momento
para vossa responsabilidade, o qual a empresa confia na lisura, na
isonomia e na imparcialidade a ser praticada no esclarecimento em
questão, e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente
processo de licitação.

2. Fatos.

Em análise do referido **anexo I – termo de referência**, temos as seguintes referências:

3.8. CONTROLE - Todo controle operacional, incluindo o de ocupação das vagas e pagamento da tarifa pelos usuários, deverá ser realizado pela concessionária através de seus fiscais de apoio e sensores informatizados instalados nas vagas, que deverão informar ao agente da autoridade de trânsito sobre quaisquer irregularidades através de equipamentos eletrônicos e de transmissão de dados on-line, ou seja, em tempo real.

11.2.3. Características técnicas mínimas dos sensores de estacionamento:

- a. Detecção automática do veículo na vaga por sensor de presença de massa metálica;*
 - b. Possibilidade de comunicação, com outros dispositivos, visando o acionamento de forma automática do dispositivo (a ser instalado no veículo) para efeito de tarifação automática;*
 - c. Não serão aceitos sensores de presença infravermelho ou adaptados;*
 - d. Interface sem fio de comunicação de dados para informação ao equipamento eletrônico de controle da central, visando obter em tempo real, as mudanças de status de vaga, a saber: vaga ocupada, vaga desocupada, vaga operante, vaga inoperante, vaga regular ou vaga irregular;*
 - e. Sistema de alimentação de energia próprio e independente;*
 - f. Ser produzido em material resistente a choque mecânico, chuva e calor - Resistência à compressão de 5T (toneladas) ou superior;*
-

14.1.1. A concessionária deverá instalar nas vagas de estacionamento rotativo um sensor que permitirá a gestão das mesmas e transmitirá ao software de gestão do sistema informações sobre o veículo que está ocupando aquela vaga. A concessionária deverá instalar um volume mínimo de sensores

em 10% das vagas já nos primeiros noventa dias de contrato, promovendo na sequência um roll-out de implantação nas vagas das áreas em que avaliar de ocupação mais relevantes.

14.2.2. VAGAS ESPECIAIS

As vagas especiais destinadas exclusivamente a portadores de necessidades especiais e idosos, que terão prioridade de tratamento, poderão possuir sensores de estacionamento cadastrados no sistema de gestão central que as identifiquem, assim como as demais, não sendo permitido seu uso por pessoas não autorizadas, e serão demarcadas com sinalização vertical e horizontal na forma regulamentar específica. Caberá à concessionária avaliar quando e como se dará esta instalação de forma a não infringir o Código Nacional de Trânsito.

16.1.16. Acionar a fiscalização de forma automática via detecção por sensores ou semi-automática via monitores, quando identificar ocupação irregular das vagas de estacionamento.

Ora, atualmente no mercado há diversos tipos e formas de se atender a demanda e necessidade do município, considerando que diversas empresas detém da tecnologia via GPS, conhecida como a geo-localização, que nada mais a tecnologia necessária para se obter informações dos usuários e de quais os locais seus veículos encontram-se estacionados. Propiciando ao Município transparência e inteligência na informação ao custo de implantação muito menos elevado à empresa concessionária que por ventura venha a deter a gestão do contrato no município, propiciando consequentemente um percentual de repasse menor por conta de todos os investimentos e obras necessárias à se realizar para implantação de cada um dos sensores das vagas.

Entendemos, que o município visa atrair através do processo concorrencial a proposta mais vantajosa ao município. E não um projeto com um elevado custo de implantação, manutenção e ainda aplicação de percentuais inferiores ao município pela exploração e gestão do estacionamento rotativo do município.

3. Questionamos:

3.1 Na ocasião da participação de empresas que trabalham com tecnologias avançadas, superiores e suficientes para atingir o objetivo proposto, inclusive numerar as vagas e informar de forma precisa, porém não da forma estabelecida em seu anexo I – termo de referência. Na

ocasião da participação, as empresas seriam desclassificadas por não ofertarem os sensores de vagas em desacordo com o exigido, mesmo esta sendo ultrapassada no mercado?

3.2 É sabido que as características exposta tem falhas sistêmicas, pois no mercado há opção de fornecimento deste tipo de sensor, porém é relevante questionar quando um caminhão ou caminhonete ocupar 2 (duas) ou mais vagas, o sensor passará a informação de forma correta e precisa?

3.3 Ainda assim, há de ser alertado que este sistema por não deter da tecnologia da geo-localização não identifica o veículo que esta sendo estacionado, uma vez que não possui banco de dados (alimentado pelo usuário na utilização de aplicativos ou nas compras nos pontos de venda), impossibilitando o município de deter informação com transferência, como quais veículos encontram-se estacionados (modelo, placa e ano), locais que encontram-se parados e quais valores estão sendo arrecadados ao município em tempo real. O município compreende que deter dessas informações é de extrema relevância para estudos de estatística do próprio município?

4. Pedido.

Solicitamos que essa Administração considere os questionamentos interpostos, com os devidos esclarecimentos.

Pois estaremos no aguardo deste nobre Pregoeiro e sua comissão permanente de licitação, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação.

Atenciosamente.

São Paulo, 18 de Janeiro de 2018

Priscila R. S. Prebianco Baluz

OAB/SP – 213-404